



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ROMÁRIO RUÂN MONTE RIBEIRO

**FORMAÇÃO E PRÁTICA DE PROFESSORES VOLTADAS PARA ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA**

CAJAZEIRAS - PB
2017

ROMÁRIO RUÃN MONTE RIBEIRO

FORMAÇÃO E PRÁTICA DE PROFESSORES VOLTADAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva.

CAJAZEIRAS - PB
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

R484f Ribeiro, Romário Ruãn Monte.
Formação e prática de professores voltadas para alunos com
deficiência / Romário Ruãn Monte Ribeiro. - Cajazeiras, 2017.
50f.: il.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2017.

1. Formação docente. 2. Educação inclusiva. 3. Prática pedagógica. 4. Formação de professores. I. Silva, José Amiraldo Alves da. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 377.8:376

FORMAÇÃO E PRÁTICA DE PROFESSORES VOLTADAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS

Romário Ruãn Monte Ribeiro

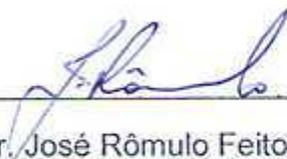
DATA DA DEFESA: 26 / 04 / 2017.

BANCA EXAMINADORA

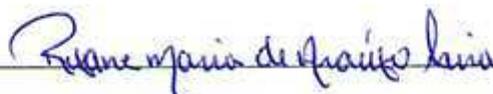


Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva UAE/CFP/UFCG

Orientador



Prof. Dr. José Rômulo Feitosa Nogueira
Examinador(a): UAE/CFP/UFCG



Prof.ª Ms. Rejane Maria de Araújo Lira
Examinador(a): UAE/CFP/UFCG

A Deus, por ter me dado o dom da vida...

À minha família, em especial os meus pais Sr. Francisco e Dona Socorro, com todo o meu amor e gratidão, por tudo que fizeram e fazem por mim ao longo de minha vida.

À minha esposa Hawanhere, por todas as noites que ficou sem a minha presença, por sempre ter me ajudado e confiado em minha vitória. Obrigado pelo carinho, a paciência e por sua capacidade de me trazer paz na correria de cada semestre. Te amo.

AGRADECIMENTOS

Nossa! Como é bom viver a sensação de dever cumprido. Depois de alguns anos, algumas dificuldades, a satisfação de chegar ao término de um curso que nos dedicamos é enorme, como é bom estar realizando um desejo um dos objetivos que traçamos em nossas vidas.

Primeiramente a Deus, por toda sabedoria e perseverança na busca dos meus objetivos, pelos discernimentos nas escolhas do dia a dia ao longo de todo o curso e da minha vida, sem a fé em ti senhor nada seria possível.

Ao meu pai Sr. Francisco, homem de caráter e força, lembro-me com muito orgulho de todas as palavras de incentivo e perseverança para com a minha formação.

À minha mãe Dona Socorro, mulher guerreira e batalhadora, agradeço por todo apoio, pela a simplicidade, exemplo, amizade, força, incentivo e amor, fundamentais na construção do meu caráter. É inexplicável o sentimento de amor e gratidão que eu carrego por vocês.

À minha esposa Hawanhere, companheira, amiga, amante, por todas as noites que passou sem a minha presença, por sempre estar do meu lado, pelo carinho, pelo amor, pela dedicação e confiança que depositou em mim, pelas muitas palavras de incentivo. Satisfação enorme de tê-la como minha esposa, te amo.

Aos meus irmãos Roseane, Filipe e Vânia pelas palavras de incentivos durante todos esses anos.

Ao meu sobrinho Eduardo Gabriel, que amo de coração, por todo amor e carinho para comigo e por todos os momentos de diversão durante as minhas angustias.

A todos os professores do curso de Pedagogia do CFP pelo incentivo e dedicação ofertada a cada um de nós nesta caminhada.

Aos meus queridos amigos, Flávia, Jesika, Tatiane e Ivan que durante esta caminhada estiveram sempre ao meu lado nos momentos mais difíceis. Ao longo destes anos aprendi que irmãos não são somente os de sangue, também temos irmãos de alma. Percebi que nossas almas são tão semelhantes que fez de vocês minha família.

Ao orientador José Amiraldo Alves da Silva, que durante as orientações contribuiu de forma significativa para a conclusão deste trabalho, com muita sabedoria e paciência, sua contribuição foi essencial e muitíssimo importante no desenvolvimento do meu tema e na busca incansável pelo conhecimento e aprendizagem.

As experiências vividas foram muitas, os obstáculos inúmeros. Mesmo assim com tantas dificuldades, e confesso, foram adversários dignos mais no fim a minha vitória foi ainda mais prazerosa. Eu consegui, venci!

Meu muito obrigado a todos, de coração.

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Nesta pesquisa intitulada formação e prática de professores voltadas para alunos com deficiência, se buscou refletir sobre a formação e prática de professores voltadas para o ensino de alunos com deficiência na sala de aula do ensino regular, a fim de identificar as metodologias desenvolvidas pelos professores, levando em consideração que em sua maior parte, os professores necessitam de uma formação específica na área da Educação Especial. O *locus* da pesquisa foram quatro escolas localizadas no Município de Pombal, sendo duas da rede estadual de ensino, uma da rede municipal e uma da rede privada. O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir de uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de elaborar uma revisão de literatura que possibilitasse um melhor aprofundamento teórico sobre o tema trabalhado, como também uma pesquisa de campo do tipo exploratória, numa abordagem qualitativa, buscando destacar a importância da formação e da prática exercida pelo docente em salas de aulas regulares em que estão inseridos alunos com deficiência. No que se refere aos instrumentos de coletas de dados, utilizou-se uma entrevista semiestruturada, com questões provenientes de temas previamente selecionados, por meio da qual se obteve informações importantes dos cinco professores sujeitos da pesquisa, sendo que duas professoras prestam serviços à rede estadual, uma na rede municipal e duas da rede privada, que colaboraram com os seus relatos para se alcançar os objetivos propostos neste estudo. No que diz respeito aos resultados da pesquisa, os docentes apresentaram a partir de suas falas, dificuldades e angústias para o desenvolvimento da prática pedagógica, ocasionadas pela má formação de educação especial que os mesmos receberam, além da falta de conhecimentos específicos na área da Educação Especial com a perspectiva de uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Formação Docente. Prática Pedagógica. Educação Especial.

ABSTRACT

In this research entitled teacher training and practice aimed at students with disabilities, we sought to reflect on teacher training and practice aimed at teaching students with disabilities in the regular classroom, in order to identify the methodologies developed by teachers, taking into account that for the most part teachers need specific training in the area of special education. The locus of the research was four schools located in the Municipality of Pombal, being two of the state educational network, one of the municipal network and one of the private network. The development of the research was based on a bibliographical research, with the purpose of elaborating a literature review that would allow a better understanding of the topic studied, as well as a field research of the exploratory type, in a qualitative approach, seeking to high light the importance of Training and practice of the teacher in regular classrooms where students with disabilities are enrolled. As far as the data collection instruments were concerned, a semi-structured interview was used, with questions from previously selected topics, through which important information was obtained from the five teachers who were the subject of the research, with two teachers providing services to the state network, one in the municipal network and two in the private network, who collaborated very much with their reports to achieve the objectives proposed in this study. Regarding the results of the research, the teachers presented from two their speeches, difficulties and anguishes for the development of pedagogical practice, caused by the bad training of special education that they received, in addition to the lack of specific knowledge in the area of special education with the perspective of an inclusive education.

Keywords: Teacher Training. Pedagogical Practice. Special education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A DEFICIÊNCIA NA HISTORICIDADE DA SOCIEDADE: MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	13
1.1 Breve contexto histórico da Educação Especial.....	13
1.2 Marcos legais da educação especial.....	15
2 DIFICULDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL	18
2.1 Desafios e formação do professor para trabalhar com a Educação Especial.....	18
2.2 Relação professor-aluno na Educação Especial.....	21
2.3 Infraestrutura e recursos didático-pedagógicos.....	22
3 PERCURSO METODOLÓGICO	24
3.1 Tipo de metodologia.....	24
3.2 Sujeitos, Universo da Pesquisa.....	25
3.3 Instrumentos de Coleta de Dados.....	27
3.4 Caracterização do <i>Locus</i> de Pesquisa.....	28
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE	47
APÊNDICE A- ROTEIRO DA ENTREVISTA	48

INTRODUÇÃO

O foco do estudo constituiu na reflexão da formação e da prática de professores voltadas para alunos com deficiência e que estão inseridos nas salas de aulas do ensino regular.

Inicialmente o tema surgiu a partir de práticas vivenciadas no âmbito da educação pública. Como coordenador da Educação Especial lotado na 13ª Gerência Regional de Educação, Pombal-PB, por um curto período de tempo, foi possível vivenciar o dia a dia de alunos e docentes, no que tange as práticas e as metodologias de ensino trabalhadas pelos docentes.

Nesse período, foi observado como é dada pouca importância aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, pois os mesmos necessitam de materiais pedagógico-didáticos e outros meios, como acessibilidade para que se possa ter uma boa educação. Poucos materiais em algumas escolas que tem um público muito grande e em outras que não possui alunos e a perspectiva de receber alunos que necessitam de cuidados especiais é muito pequena, os materiais estão guardados em salas trancafiados como se fossem de propriedade do gestor escolar.

Outro fator importante e que não pode deixar de ser mencionado é a formação dos professores que trabalham com os discentes com deficiência, o que foi observado é que muitos deles estão despreparados para lidar com essa realidade, a maioria dos professores que são designados para assumirem uma sala de aula que tem muitos ou mesmo que sejam poucos alunos que necessitem de um cuidado especial em relação ao ensino-aprendizado dos mesmos, são profissionais que estão no final da carreira e que demonstram pouco ou nenhum interesse em fazer um estudo mais aprofundado na área da Educação Especial.

A qualificação profissional dos professores é importantíssima para que seja possível oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos, e os alunos especiais necessitam ainda mais de profissionais qualificados para trabalhar nesta área de ensino.

A forma como vem sendo discutido a inclusão dos alunos com deficiência nas salas de aulas do ensino regular está causando questionamentos dentro do meio social, visto que a inclusão não é só inserir o aluno com deficiência em uma sala de aula de ensino regular, mais como também oferecer a eles condições para que permaneçam dentro do ambiente escolar, condições essas que ajudem a melhorar o ensino, visando sempre à inclusão e não a exclusão dos discentes no ambiente escolar. As práticas usadas pelos professores devem oferecer as mesmas condições e oportunidade a todos os alunos sem distinção, de raça, cor, religião e ainda de qualquer que seja a deficiência que o aluno possa ou venha a ter. Todos os alunos devem participar das atividades que envolvam o ensino-aprendizagem.

A Educação Especial é um problema social e um dever de todos que buscam melhores oportunidades para todos e uma educação de qualidade. Diante do exposto, foram elencados como problemática: Qual a formação e a prática desenvolvida pelos professores que trabalham com alunos com deficiência em sala de aulas do ensino regular? É notória a importância do tema proposto dentro da sociedade, pois pode observar que dentro da sociedade a inclusão social é vista de maneira equivocada, temos sim que inserir nossos discentes com deficiências dentro do ambiente escolar, mais precisa ir mais além, deve proporcionar situações para que ele se sinta parte do que esta acontecendo e não apenas um coadjuvante.

É importante refletir acerca da função social da instituição escolar, visto que em pleno século XXI, ainda existem instituições de ensino que não possuem acessibilidade ou ainda não existem profissionais capacitados para receber alunos com deficiência. Faz-se necessário repensar as práticas de ensino, qualificar os profissionais e principalmente tirar do papel o que está contemplado no Projeto Político Pedagógico, para que haja assim uma forma efetiva da inclusão social, sem excluí-los da instituição educacional.

Buscando alcançar os objetivos e responder aos questionamentos desta investigação, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro trata dos marcos históricos e legais da Educação Especial, sobretudo, como eram tratadas historicamente as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência, além de apresentar algumas políticas públicas voltadas para a esta modalidade da educação, e para a pessoa com deficiência.

O segundo capítulo aborda as dificuldades da prática profissional, a formação para o trabalho docente com alunos com deficiência e a relação professor-aluno com deficiência, além de expor a importância da infraestrutura escolar para um melhor aprendizado e adaptação dos discentes e de toda comunidade escolar.

O terceiro capítulo trata dos procedimentos metodológicos adotados, os quais permitiram uma transcrição integral e variada das falas dos sujeitos para o processo de análise dos dados, oportunizando o enriquecimento das informações sobre as reflexões dos mesmos, com o intuito de esclarecer o problema de investigação.

O quarto capítulo é referente à descrição e análise dos dados obtidos, fazendo uma interlocução das falas dos professores (sujeitos da pesquisa) com as ideias e conhecimentos científicos que serviram de fundamento para o estudo.

Por fim, foi possível tecer algumas considerações sobre os resultados obtidos durante a pesquisa, abrindo espaços para novas discussões, buscando um melhor currículo de formação e prática de professores para o trabalho com alunos com deficiência.

Portanto, considera-se que este trabalho pode contribuir para uma melhor percepção do trabalho desenvolvido com alunos com deficiência, além de buscar junto aos poderes competentes uma avaliação da formação e profissionalização dos professores que desenvolvem seus trabalhos com alunos com deficiências, como também verificar de que forma vem sendo tratada a inserção desses alunos nas salas de aulas do ensino regular.

1 A DEFICIÊNCIA NA HISTORICIDADE DA SOCIEDADE: MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1. Breve contexto histórico da Educação Especial

Na Idade Antiga as sociedades como Grécia e a Roma, valorizavam a força do ser humano para lutarem nas guerras e cuidar das lavouras, ou seja, fazer os serviços braçais que sustentavam a vida na sociedade antiga, desse modo os deficientes físicos não tinham serventia para nobreza e eram descartados logo após o nascimento. Outras deficiências como a mental se fossem capazes de desenvolver os serviços braçais atribuídos ficavam misturados entre os trabalhadores no meio social em que viviam em contrapartida os deficientes mentais que tinha os seus quadros de saúde mais graves ficavam aos cuidados dos familiares. Nesse período o ser humano é dividido em duas partes: Corpo e Mente.

Com o surgimento do cristianismo as deficiências passaram a ser atribuídas às causas divinas, mudando a dicotomia de corpo/mente e passa a ser corpo/alma,

o deficiente deixa de ser morto ao nascer, porém, passa a ser estigmatizado, pois, para o moralismo cristão/católico, deficiência passa a ser sinônimo de pecado. Das duas partes, a alma é a parte digna, é a que merece atenção, cuidado. O corpo, bem, alguma consideração mereceu quando foi levado á condição de tempo da alma (BIANCHETTI, 1995, p. 09).

É perceptivo que com a mudança da dicotomia o corpo do deficiente passou a ser um pouco mais cuidado, diferente do período onde se considerava o corpo e a mente, no qual os deficientes físicos eram mortos assim que viessem a vida, na antiga Grécia e Roma não serviam para desenvolverem os serviços braçais da época em questão.

No Brasil, a educação direcionada para atender as pessoas com deficiência, foi constituído separado da educação para pessoas vista na sociedade como “normais”,

Dessa forma, a educação especial constitui-se como um campo de atuação específico, muitas vezes sem interlocução com a educação comum. Esta separação materializou-se na existência de um sistema paralelo de ensino, de modo que o atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos outros alunos (KASSAR, 2011, p. 62).

A organização da educação especial brasileira foi construída dentro de um contexto onde se tinha pouca atenção à educação pública. Pois a economia brasileira no

período Colonial e Imperial não necessitava de alfabetização dos trabalhadores, visto que a população é muito grande e concentrava-se em maior número na zona rural, e a economia era baseada na exploração dos bens naturais.

Havia pouca atenção à educação também por parte de nossos colonizadores, pois registros de Portugal apontam que naquele país, no século XIX, grande parte da população não tinha acesso à instrução e era analfabeto; Apesar de a educação ser prevista a “todos os cidadãos” (na Constituição de 1824), a massa de trabalhadores era composta de maioria escrava. Com a República, a preocupação com a instrução tornou-se mais marcante, embora acanhada, de modo que a taxa de matrícula da população brasileira foi crescendo gradativamente nos centros urbanos durante o século XX. Romanelli (1989) mostra a evolução populacional e de escolaridade brasileira na primeira metade do século XX. Em 1920, a taxa de escolarização era de 8,99% da população e em 1950 chega a 26,15% (ROMANELLI, 1989, *apud* KASSAR, 2011, p. 63).

Durante esse período, estudiosos como Alfred Binet (1857-1911) e Theodore Simon (1872-1961) iniciaram trabalhos de determinação da inteligência das crianças, e no ano de 1905 publicaram uma escala de inteligência, com o intuito de medir o desenvolvimento cognitivo através da idade mental das crianças, dessa maneira acreditavam que a separação dos discentes “normais” e “anormais” traria benefícios para todos no processo educativo. A prática de identificação de possíveis alunos “anormais” era solicitada ao professor para a organização de salas de aulas homogêneas (KASSAR, 2011, p. 64).

Diferentemente das tendências da época, os estudos de Basílio de Magalhães “concluíram que a socialização entre discentes “normais” e “anormais” dentro de uma mesma sala de aula seria benéfica para ambos, sob um ponto de vista emocional e econômico (MAGALHÃES, s/d *apud* KASSAR, 2011, p. 64)”. Pode-se perceber que a questão da inclusão de alunos com deficiência em salas de aulas do ensino regular já tinha sido pensada, porém a forma como está sendo feita a inclusão desses alunos é que está sendo errada, visto que muitas escolas não se mostram estar em condição de oferecer uma educação de boa qualidade sem ter uma infraestrutura adequada e nem pessoal capacitado para poder fazer com que o aluno com deficiência permaneça dentro do ambiente escolar, desse modo deve-se pensar o acesso à educação especial inclusiva com sucesso, fazendo com que ele permaneça na escola.

1.2 Marcos legais da educação especial

Mesmo com a implementação das políticas públicas da Educação Especial instituídas por lei, pode perceber que os professores e principalmente as escolas ainda não buscaram as adequações necessárias para garantir o acesso e a permanência do aluno com deficiência dentro do ambiente escolar. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu Capítulo III, Seção I da Educação, dispõe que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado com a garantia de:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1988)

Pode-se perceber que a lei maior que rege todo o país, a Constituição da República Federativa do Brasil de “1988”, contempla a Educação Especial em mais de um dos seus diversos artigos. Além disso, tem a lei 8069 de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que também no seu capítulo IV, artigo 53: “I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990)”. Então, se há vinte anos já estava escrito que também tem a responsabilidade com o ensino de pessoas com deficiência, por que hoje no ano de 2017 ainda se ver escolas que não estão adequadas estruturalmente e nem profissionalmente para atender as necessidades do acesso e permanência dos alunos com deficiência nas escolas, pode-se fazer a seguinte indagação: Como oferecer o acesso e a permanência dessas pessoas em nossas escolas?

Depois da constituição vieram outras políticas públicas, com o objetivo de buscar melhorias para promover o acesso e a permanência das pessoas com deficiências nas escolas, em especial podemos destacar aqui a Declaração de Salamanca, talvez um dos documentos mais propulsores no que diz respeito ao processo de

inclusão das pessoas com deficiências nas escolas, nas salas de aulas do ensino regular. “A mesma demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional” (BRASIL, 1994). A Declaração de Salamanca foi redigida na Conferência Mundial de Educação Especial, onde estavam presentes 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia na cidade de Salamanca, Espanha, no ano de 1994.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, lei de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no seu Capítulo V, no que diz respeito à Educação Especial, estabelece que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, 1996)

Sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96), Locatelli e Vagula (2009) (apud ANDRADE, 2014, p. 26), discorrem que:

A importância dessa lei não pode ser subestimada uma vez que ela instituiu a obrigatoriedade de o portador de necessidades educacionais especiais frequentarem a rede regular de ensino ao mesmo tempo em que estabelece a criação de serviços de apoios especializados nas escolas regulares, além de prescrever para o sistema de ensino organização curricular específica, com métodos, técnicos e recursos educacionais adequados a esses educandos.

É perceptível que a Educação Especial está contemplada em diversos documentos (citados acima) que legitima a sua importância não só para as pessoas com deficiência, mais também para a sociedade como um todo. Garantir e se fazer cumprir tudo o que está escrito em todos esses documentos é um dever social, para tanto necessita da ajuda de nossos representantes políticos, pois as leis foram instituídas há mais de 20 anos e ainda não consegue colocar em prática tudo o que foi redigido. As políticas públicas estão instituídas, porém precisa de muito mais do que isso, precisa de pessoal capacitado, não adianta ter as leis sem subsídios para se colocar em prática assim como as leis mandam.

Foi instituída no dia 06 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). A lei da inclusão foi instituída e não tem nem dois anos, porém temos leis mais antigas que já deveriam assegurar a inclusão de alunos com deficiência em salas de aulas do ensino regular das escolas, mas infelizmente isso ainda não acontece, em pleno século XXI, ainda tem escolas e profissionais que não se adequaram a essa realidade.

2 DIFICULDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL

2.1 Desafios e formação do professor para trabalhar com a Educação Especial

É bastante comum, encontra relato de professores que já tiveram experiências em trabalhar com alunos com deficiência, a dificuldade que os mesmos encontraram para lidar com certas situações em salas de aulas, sem nenhuma experiência, a maioria se encontram perdidos em certos tipos de situações que os mesmos nunca pensaram e/ou imaginaram que um dia poderiam estar diante delas.

Neste sentido, advertimos que, num primeiro momento, são comuns sentimentos de incapacidade e até mesmo de medo frente ao ingresso de um aluno com algum tipo de deficiência ou distúrbio de comportamento em sala de aula regular, podendo afastar o professor daquilo que não conhece e lhe suscitar estranheza. (CORREIA, 1999; NAUJORKS, 2002, BEYER, 2003 *apud* PLETSH, 2009, p. 148).

Podemos observar que diante de tais situações, os docentes não possuem conhecimentos, para conseguirem desenvolver um trabalho de qualidade com os alunos com deficiência, os mesmos sentem-se incapazes e muitas vezes com medo e inseguros diante das situações cotidianas vividas dentro do ambiente escolar.

Diante do exposto, avaliamos que o despreparo e a falta de conhecimento estão diretamente relacionados com a formação ou capacitação recebida. Além disso, podemos afirmar que existe um grande descrédito sobre a capacidade do aluno especial se desenvolver e agir de forma autônoma (GOFFMAN, 1988; GLAT, 1998, *apud*, PLETSH, 2009, p. 148).

Um dos grandes desafios da educação brasileira é capacitar os professores para que consigam trabalhar de forma a tornar o ambiente escolar um lugar prazeroso e de socialização para todos, em especial para os alunos com deficiência, que muitas vezes são rotulados de coitadinhos, pessoas incapazes de construir o conhecimento necessário para a sua vida social e financeira, para tanto se faz necessário uma formação mais específica nas áreas da educação especial, assim como também se pensar um currículo que contemple na graduação conhecimentos que possam ajudar o recém-formado professor a trabalhar e desenvolver um trabalho de qualidade para com os alunos com deficiência, pois muitas vezes a falta de conhecimento afasta o professor de se especializar nas áreas de educação especial.

Assim sendo, O documento Referenciais para a Formação de Professores do MEC, estabelece que:

O professor precisa ter condições de se desenvolver profissionalmente para assumir com autonomia o comando de seu trabalho; só assim poderá oferecer as condições necessárias ao desenvolvimento de seus alunos, atendendo às suas diferenças culturais, sociais e individuais (BRASIL 1999).

O professor necessita buscar a formação continuada para estar apto profissionalmente para receber em suas salas de aulas os alunos com deficiência, a formação continuada precisa fazer parte da vida profissional do docente, o mesmo precisa estar cotidianamente vivenciando novas metodologias, novas práticas de ensino, para um melhor desenvolvimento do seu trabalho com os alunos tidos como “normais” e em especial os discentes com deficiência.

As instituições de ensino superior, em especial as de licenciaturas, devem trabalhar com um currículo que ofereça ao graduando conhecimentos que possam ajudar a desenvolver trabalhos acadêmicos, com turmas que possuam alunos com deficiência, ou instituições que trabalhem com esse público. Os discentes devem passar por experiências, como estágios em instituições de ensino que tenham em suas salas de aulas regulares alunos com deficiência, para que os mesmos quando formados, não se assustem com as experiências que possam vir a ter quando formados, muitos docentes se assustam, tem medo, se sentem incapazes, por não conhecerem a realidade da sala de aula, como também a forma de trabalhar com aluno que necessitam de um cuidado mais especial, como é o caso de muitas pessoas com deficiências.

Portanto, o atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. Para tanto, faz-se necessário elaborar políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas, adequar a formação de professores às novas exigências educacionais e definir um perfil profissional do professor, ou seja, habilidades e competências necessárias aos professores de acordo com a realidade brasileira (NUNES SOBRINHO; NAUJORKS, 2001 *apud* PLETSH, 2009, p. 148).

Os futuros professores necessitam de experiências, conhecimento sobre o mundo que os mesmos farão parte, para tanto se faz necessário que as instituições tornem a formação de professores, um pouco mais experimental, sem deixar a teoria de lado, pois os conhecimentos vividos trarão a os professores um pouco mais de segurança para se trabalhar em uma sala de aula, em especial as salas de aulas regulares com alunos com deficiência.

As autoras Marquezine, Leonessa e Busto (2013) pesquisaram sobre a proposta de formação acadêmica das universidades para os profissionais que desejam atuar na área da Educação Especial e descobriram algumas dificuldades que os docentes irão enfrentar, dentre elas a maior dificuldade encontrada foi “a falta de conhecimento sobre a deficiência”, o que impressiona ainda mais, visto que as instituições de ensino superior deveriam proporcionar cada vez mais aos discentes uma melhor formação, assim sendo, tem se algumas indagações: Que tipo de profissional as instituições estão colocando no mercado de trabalho? Serão capazes de exercer dentro da profissão o que se espera dele? Essas são algumas indagações que estarão expostos os futuros profissionais.

Para tanto é necessário repensar o currículo para que a formação acadêmica seja feita em sua excelência, para que os futuros profissionais consigam fazer o máximo possível o que se exige do profissional bem capacitado.

A LDB 9.394/96, no seu Art. 59º, Inciso III diz que: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996)”.

Porém, o que se pode perceber em nossas escolas, é que a LDB diz uma coisa e os nossos governantes fazem outra, pois nem sempre se encontra professores capacitados em salas de aulas do ensino regular com capacitação para integrar os alunos com deficiência na sala de aula. Os desafios e os problemas enfrentados durante o cotidiano escolar para os professores e alunos são muitos. É Preciso repensar o currículo das formações iniciais e continuadas, para dar um melhor suporte e desenvolver com excelência uma educação de qualidade para todos.

2.2 Relação professor-aluno na Educação Especial

A relação do professor e o aluno com deficiência deve acontecer de forma natural, ou seja, o professor necessita interagir com seus discentes inicialmente com o propósito de identificar suas potencialidades e desvendar as suas fraquezas.

Assim como o aluno dito “normal” necessita de atenção, o aluno com deficiência precisa interagir com os professores para se sentirem seguros na busca pelo conhecimento e construção da identidade pessoal, além de incentivar a socialização do aluno com os colegas de sala.

Neste espaço, a relação professor-aluno com deficiência deve influenciar a auto-imagem desse aluno e o modo como os demais o vêem, trazendo benefícios tanta para ele quanto para o seu grupo com base em um suporte que facilite a todos obter sucesso no processo educacional (FARIAS; MARANHÃO; CUNHA, 2008, p. 3).

O aprendizado do aluno com deficiência requer muito da relação professor-aluno, visto que, o espelho escolar que o aluno tem é seu professor em sala de aula. Assim sendo, Farias, Maranhão e Cunha (2008, p. 5), relatam que,

[...] para que o aluno obtenha sucesso em seu desempenho, o professor deve reconhecer seu nível de desenvolvimento intelectual proximal para, então, conduzi-lo a estágios ainda não alcançados, fazendo com que ele atinja níveis mais avançados de desenvolvimento real.

O professor necessita dialogar com o aluno com deficiência, buscando investigar o desenvolvimento intelectual e mental do aluno para melhor desenvolver o seu trabalho com o propósito de ajudar o aluno no seu desenvolvimento pessoal e escolar. O professor necessita ser um pesquisador para ajudar o aluno no processo de ensino-aprendizagem, trabalhando sempre de forma flexível procurando sempre a interação com o aluno.

[...] a interação professor-aluno é entendida como um processo de mão-dupla interativa, no qual o mediador deve envolver o mediado em atividades de resolução de problemas com objetivo de auxiliá-lo a enfrentar as tarefas/problemas com eficácia e enriquecer os comportamentos visando à autonomia do aluno em atividades futuras (FARIAS; MARANHÃO; CUNHA, 2008, p. 05).

A interação do professor com o aluno deficiente é muito importante, visto que, a relação deve ser afetiva, sempre com o respeito mútuo, o professor é o mediador do conhecimento para os alunos, e os alunos com deficiência necessitam de uma

melhor atenção para um aprendizado eficaz. Assim sendo Vygotsky (1994) (apud SILVA; ARANHA 2005, p. 375), diz que:

as funções psicológicas superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos, já que no decurso do desenvolvimento, as atividades são inicialmente coletivas / sociais (intrapésíquicas) para depois se tornarem atividades individuais / propriedades internas do pensamento.

De acordo com o pensamento de Vygotsky, inicialmente as atividades são desenvolvidas de forma coletiva (relação alunos e professores), para depois tornarem-se atividades individuais (autonomia do aluno). A relação do professor com o aluno é um processo pelo qual o docente necessita passar, pois só assim ele saberá o método adequado para se trabalhar com o aluno com deficiência, partindo das informações que ele próprio sondou ao dialogar com o discente.

2.3 Infraestrutura e recursos didático-pedagógicos

Muito se falam das políticas públicas voltadas para a implantação da Educação Inclusiva nas escolas, diante do atual cenário da Educação brasileira (falta de planejamento, falta de investimentos em diversos setores) será possível algum dia vê alunos com deficiência nas salas de aulas do ensino regular, com o mesmo tratamento dos alunos ditos “normais”? É muito interessante lê em revistas, jornais e tudo mais que o governo está trabalhando com a perspectiva de colocar os alunos com deficiência nas salas de ensino regular, o problema vai, além disso, visto que a falta de capacitação dos profissionais que irão trabalhar com os alunos dentro do ambiente escolar é apenas um dos muitos problemas que as escolas irão enfrentar.

A falta de infraestrutura da escola é um dos problemas mais importantes que pode ser citado, visto que em muitas escolas que possuem alunos cadeirantes ou com dificuldades motoras não possuem acessibilidade adequada para uma melhor estadia do aluno dentro do ambiente escolar. Não se pode “despejar” o aluno com deficiência dentro das instituições sem antes adequar as escolas as necessidades dos alunos e não o aluno se adequar as escolas e isso é o que esta acontecendo em nosso país, os alunos é quem estão se adequando as nossas escolas.

No sistema de educação brasileiro existe um programa intitulado Escola Acessível, o mesmo tem como Objetivo: Promover condições de acessibilidade ao ambiente

físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e a comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. Este programa disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações: Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; e aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis.

O dinheiro deve ser investido na melhoria da infraestrutura escolar, porém por falta de informação dos gestores pouco se é feito quando a escola consegue ser contemplada com esse programa muitos gestores não aplicam o recurso como realmente deveria ser investido, alargam algumas portas, fazem algumas rampas espalhadas pela escola e pronto “a escola agora possui acessibilidade”, acessibilidade, inclusão é apenas isso? Não, tem que dar condições para que o nosso alunado com deficiência permaneça na escola, além disso, sinta-se parte dela, sinta-se querido e assistido por todos.

Os recursos didático-pedagógicos são também fatores que influenciam no trabalho dos professores, visto que muitas vezes a escola que trabalha com alunos com deficiência não apresenta materiais pedagógicos para subsidiar o ensino-aprendizagem do aluno.

Como foi citado no tópico anterior, é preciso saber investir os recursos advindos do PDDE, sobre o Programa Escola Acessível, pois é necessário planejamento para fazer com que o discente permaneça na escola por prazer. É muito importante ter na escola materiais que dê um maior suporte para os alunos, tais como Salas de Recursos Multifuncionais bem equipada, livros paradidáticos, impressoras que imprimam em braile, computadores com programas adaptados para as deficiências existentes no ambiente escolar.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Tipo de metodologia

Inicialmente o estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de elaborar uma revisão de literatura que possibilitasse um melhor aprofundamento no tema trabalhado. Desse modo, argumenta Oliveira (2008, p. 69):

A principal finalidade da pesquisa bibliográfica é levar o pesquisador (a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema de estudo. O mais importante para quem faz opção por uma pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico.

A pesquisa bibliográfica é de suma importância para a realização de um trabalho científico, visto que a sua prática proporciona ao investigador um melhor aprofundamento da temática escolhida, a partir do contato direto do pesquisador com outras obras, artigos ou documentos, propiciando assim, uma melhor relação entre as fontes de pesquisas e o tema desenvolvido na pesquisa.

Além da pesquisa bibliográfica, foi necessário desenvolver um estudo de campo, buscando refletir sobre a formação e prática de professores voltadas para o ensino de alunos com deficiência na sala de aula do ensino regular. Foram também definidos como objetivos específicos: Caracterizar a formação profissional e a prática do professor que desenvolve o seu trabalho com alunos com deficiência; identificar as metodologias usadas para desenvolver o ensino-aprendizado dos alunos no ambiente escolar; discutir a relação professor-aluno e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem; investigar o processo de inclusão e/ou exclusão dos alunos com deficiência nos espaços escolares.

O estudo de campo foi desenvolvido, a partir de uma pesquisa exploratória, buscando destacar a importância da formação e da prática exercida pelo docente em salas de aulas regulares onde estão inseridos alunos com deficiência.

Para uma melhor compreensão sobre a pesquisa exploratória, Gil (1999, apud OLIVEIRA, 2008, p. 65), argumenta que:

As pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla". Dessa forma, a pesquisa exploratória, ao dar uma explicação geral, pode levantar um novo problema que será esclarecido através de uma pesquisa mais consistente.

Deste modo, optou se pela utilização da abordagem qualitativa, que busca encontrar o significado e a caracterização das informações obtidas por meio de entrevistas e/ou coleta de dados, relacionando o sujeito com o objeto de estudo, ou seja, a articulação entre a objetividade, o ponto de vista dos entrevistados, com a subjetividade, neste caso a análise dos dados obtidos. Oliveira (2008, p. 60) sobre a abordagem qualitativa, argumenta que:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que encontra o objeto de pesquisa. Os dados podem ser obtidos através de uma pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, planilhas e todo instrumento (técnica) que se faz necessário para obtenção de informações.

Por meio da abordagem qualitativa buscou conhecer a formação e prática de professores da educação especial, como também as metodologias utilizadas para o desenvolvimento do ensino-aprendizado do alunado com deficiência, além de verificar a relação de professor-aluno e identificar se os alunos com deficiência estão sendo incluídos ou excluídos das salas de aulas regulares das escolas.

3.2 Sujeitos e universo da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida com cinco (05) professores da cidade de Pombal-PB, e para resguardar a identidade, os docentes foram denominados de: P1, P2, P3, P4 e P5.

QUADRO - 01

Docente	Idade	Sexo	Graduação	Pós-graduação	Tempo de atuação no magistério
P1	25	Fem.	Pedagogia (em curso)	Não	4 anos
P2	37	Fem.	Letras	Em Língua, Linguística e Literatura	16 anos
P3	28	Fem.	Pedagogia	Em Psicopedagogia Institucional e Clínica	5 anos
P4	26	Fem.	Pedagogia	Em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária do Semiárido Paraibano	5 anos
P5	24	Fem.	Ciências Exatas com habilitação em Física Pedagogia	Em Ensino de Física	6 anos

Fonte: Dados das docentes entrevistados

A P1 tem vinte e cinco anos (25), a quatro anos (04), trabalha em uma escola da rede privada, com uma carga horária de trinta horas semanais (30) (mais na maioria das vezes esse número aumenta devido à realização de eventos que acontecem no decorrer do ano letivo), atuando na educação infantil e está concluindo a sua graduação em Pedagogia a noite, pela Universidade Federal da Paraíba – UFCG; a P2 tem trinta e sete anos (37), trabalha em escola pública municipal, é efetiva, com uma carga horária de trinta horas semanais (30), atuando no ensino fundamental I, é formada e Letras pela Universidade Federal da Paraíba – UFCG e pós graduada em Língua, Linguística e Literatura: a P3 tem vinte e oito anos (28), trabalha em uma escola da rede privada, com uma carga horária de trinta horas semanais (30) (mais na maioria das vezes esse número aumenta devido à realização de eventos que acontecem no decorrer do ano letivo), atuando no ensino fundamental I, é formada em Pedagogia pela Faculdade Evangelista Cristo Rei – FECR e pós graduada em Psicopedagogia institucional e clínica; P4 tem vinte e seis anos (26), trabalha em uma escola da rede pública estadual, com uma carga horária de trinta horas semanais, atuando na Educação de Jovens e Adultos – EJA, é formada em Pedagogia pela Faculdade Integrada de Patos – FIP e pós graduada em Educação

de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária do Semiárido Paraibano; a P5 tem vinte e quatro anos (24), trabalha em uma escola da rede pública estadual, com uma carga horária de trinta horas semanais, atuando no ensino fundamental II e Médio, é formada em Física pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em Pedagogia pela Faculdade Evangelista Cristo Rei – FECR e pós graduada em Ensino de Física.

O universo da pesquisa foi constituído por docentes de características diferentes, sendo dois (02) da rede privada de ensino, um (01) da rede pública municipal e dois (02) da rede pública estadual.

3.3 Instrumentos de coleta de dados

Os docentes participaram do estudo por meio de entrevista semiestruturada, com questões provenientes de temas previamente selecionados, como estratégia da coleta de dados, permitindo colher informações para um melhor aprofundamento dos objetivos propostos neste estudo.

Assim sendo, Oliveira (2008, p. 86) pondera que:

A entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador (a) e entrevistado (a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que está pesquisando. No entanto, é preciso que o entrevistador não interfira nas respostas do entrevistado (a) [...].

Dessa maneira a entrevista foi realizada sem qualquer imposição, os docentes ficaram livres para responder e opinar sobre os temas que lhes foram propostos, que tinha como finalidade reunir informações para ajudar a solucionar a problemática do estudo, como também ajudar a chegar aos objetivos elencados nesse trabalho.

A entrevista foi fundamentada a partir de quatro (04) temas (ver Apêndice A), buscando um maior aprofundamento da temática que é tão presente na sociedade escolar e no meio social, ou seja, a formação e prática do professor, metodologias desenvolvidas, relação professor-aluno e inclusão versus exclusão de alunos com deficiências em salas de aulas regulares.

A execução da entrevista se deu por meio da gravação de áudio (com a permissão dos sujeitos), inicialmente foram apresentados os temas e as perguntas (ver apêndice A), logo em sequência o entrevistado respondia. Para tal, e para posterior análise, foi mantida a originalidade dos temas que lhes foram apresentados, assim como das respostas fornecidas pelos sujeitos.

A análise dos dados foi feita por meio da Análise de Conteúdo, definida por Bardin (1977), tendo como subsídios referenciais teóricos fundamentados nas ideias dos autores citados no decorrer do trabalho, fazendo um confronto com os dados empíricos coletados.

Este tipo de análise se mostra adequado para o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências, temas, colocando objetividade e ao mesmo tempo em que permite ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar um posicionamento crítico diante do conteúdo de documentos, textos bibliográficos e entrevistas (SILVA, 2013).

3.4 Caracterização dos lócus de pesquisa

Com o propósito de buscar refletir sobre a formação e prática de professores voltadas para o ensino dos alunos com deficiência na sala de aula do ensino regular, o local escolhido para a realização da pesquisa foram quatro (04) escolas da cidade de Pombal no sertão Paraibano, sendo uma (01) escola da rede privada (com o ensino voltado para as modalidades: Educação Infantil - manhã, Fundamental I e II – manhã e tarde respectivamente) e duas (02) da rede pública estadual (com o ensino voltado para as modalidades: Fundamental II, Ensino Médio e EJA – manhã, tarde e noite e a outra somente Ensino Médio e EJA – manhã, tarde e noite) e uma (01) da rede pública municipal (com o ensino voltado para as modalidades: Fundamental I, II e EJA – manhã, tarde e noite).

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Tendo em vista a compreensão do ambiente escolar na perspectiva de uma educação inclusiva, neste seguimento do trabalho buscou-se refletir sobre a formação e prática de professores voltadas para o ensino de alunos com deficiência na sala de aula do ensino regular.

O trabalho também buscou confrontar as teorias discutidas com a formação e a prática cotidiana dos professores entrevistados, além de estabelecer uma discussão acerca da metodologia trabalhada em sala de aula, da relação professor-aluno, como também a inclusão e exclusão dos alunos com deficiência em sala de aula do ensino regular.

Desse modo, esta investigação procurou contribuir com o aprofundamento das discussões sobre o processo de formação e prática de professores voltadas para alunos com deficiência.

As análises foram realizadas associando as respostas dos professores em quatro temas, seguindo o roteiro de entrevista:

- 01- Formação e prática de professores da Educação Especial;
- 02- Metodologias usadas para desenvolver o ensino-aprendizado dos alunos com deficiência no ambiente escolar;
- 03- Relação professor-aluno com deficiência em sala do ensino regular;
- 04- Inclusão x exclusão dos alunos com deficiência na sala de aula do ensino regular.

Os dados foram coletados tendo como fonte de informações uma entrevista semiestruturada que enfatiza as respostas consideradas pertinentes nas falas dos professores, obtido como maior destaque em cada tema abordado, em alguns momentos das análises serão descartadas as falas que se tornaram repetitivas.

Tema 01: Formação e prática de professores da Educação Especial

Sabe se o quão importante é a formação dos professores para a sociedade, porém para o trabalho com alunos com deficiência somente a graduação torna se insuficiente para o exercício de um bom trabalho. Além disso, a prática pedagógica também é um dos fatores principais, pois os alunos que estão inseridos nas salas de aulas do ensino regular necessitam que seus professores busquem uma formação que os ajudem e também os incluam nas atividades escolares.

Assim sendo, neste primeiro tema buscou-se saber a concepção dos professores a respeito da formação profissional e prática pedagógica. O entendimento dos professores sobre o processo de ensino da Educação Especial. Como a formação docente pode influenciar no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência. E se o mesmo como professor licenciado se sente preparado para trabalhar com alunos com deficiência. A este respeito, os professores argumentaram que:

Minha concepção é que a formação profissional diz respeito ao processo pelo qual o sujeito passa, considerando suas habilidades, seus conhecimentos, e adquirindo novos saberes para exercer sua ação. [...] a Prática diz respeito ao fazer docente, ou seja, as ações do educador, suas metodologias, e seu modo de ensinar, além do relacionamento entre teoria e prática. [...] o professor necessita de uma formação especializada, e assim poderá utilizar em sua prática pedagógica subsídios e estratégias que possam de forma eficaz ajudar no processo de ensino-aprendizagem das crianças com necessidades especiais. [...] só estarei “preparada” quando fizer minha especialização em Educação Inclusiva. (P1).

[...] Sabemos da importância fundamental da formação, nisto não há controvérsias, porém, as formações que recebemos ainda são muitos superficiais diante das inúmeras especificidades de casos de crianças especiais em nossas escolas. A Educação Inclusiva deve ser um processo que integre o “especial” nas atividades cotidianas [...], entretanto, o que mais observamos é a prática de uma Educação exclusiva. Como professor licenciado, com curso do AEE e outras capacitações na área da Educação Especial ainda me sinto com muita dificuldade para trabalhar de forma inclusiva, pois na realidade da sala de aula a heterogeneidade nos tira de nossa “zona de conforto”. “Muitos temem os alunos especiais e reclamam da falta de preparação, mas não buscam meios pois preferem continuar da mesma forma que sempre fizeram” (P2).

Todo professor, em minha opinião, precisa ter uma excelente formação para desenvolver novos sistemas de trabalho [...]. Eu entendo que esse processo de ensino exige uma transformação da escola, [...] A formação docente é um dos pilares para a construção da aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais. É nessa formação que a autonomia, a responsabilidade e a capacitação tornam-se características fundamentais na profissão docente. [...] preciso de especializações na minha área para alavancar a minha didática na sala de aula, porque há vários alunos, cada um com suas necessidades e déficit diferentes. E eu preciso saber lidar com cada um deles de forma correta e eficaz. (P3)

Entendo formação profissional como uma formação necessária para o docente, pois é a partir dela que podemos refletir sobre a nossa prática pedagógica e procurar novos caminhos, novas

metodologias, que reforça e aprimora o nosso aprendizado e contribui de forma positiva na qualidade do nosso ensino. Entendo como um processo voltado para a inclusão de pessoas, que deseja compreender e aceitar o outro na sua singularidade, buscando perceber e atender as suas necessidades educativas, [...] esse processo requer uma mudança de postura, de fazer pedagógico, uma diferenciação do ensino, onde o professor precisa está dentro dessa perspectiva de inclusão e estar preparado para lidar com a diversidade. Não me sinto, pois, a minha formação voltada para trabalhar com a educação inclusiva foi superficial, deixando lacunas que precisam ser preenchidas com cursos de formação continuada voltadas para essa área. (P4).

Para que a pratica desenvolvida pelo educador seja satisfatória, é necessária uma formação profissional adequada ou aperfeiçoamento da mesma. Uma boa prática muitas vezes está associada a uma formação de excelência. A formação influencia diretamente no processo de aprendizagem do aluno portador de deficiência. Para se trabalhar com alunos com necessidades é necessário um conhecimento adequado das limitações de cada aluno, para que o educador possibilite um desenvolvimento do mesmo. [...] necessito de um aperfeiçoamento na minha formação, para que possa desenvolver um trabalho de maneira inclusiva e não exclusiva. (P5).

A partir das falas dos professores, podemos perceber a semelhança em seus relatos no que diz respeito a formação e a prática dos docentes, ressaltando sempre que uma boa formação é essencial para o trabalho com alunos com deficiência, visto que os desafios a serem enfrentados são muitos, pois o processo de inclusão em salas de aulas regulares requer um conhecimento mais aprofundado do assunto, e na formação inicial, esse conhecimento é repassado de forma superficial, deixando diversas lacunas a serem preenchidas.

Hoje, a profissão já não é a transmissão de um conhecimento comum acadêmico ou a transformação do conhecimento comum do aluno em um conhecimento acadêmico. A profissão exerce outras funções: motivação, luta contra a exclusão social, participação, animação de grupos, relações com estruturas sociais, com a comunidade.... E é claro que tudo isso requer uma nova formação: inicial e permanente (IMBERNÓN, 2006 p. 14)

Na fala de Imbernón, fica claro que a graduação é insuficiente para se trabalhar na perspectiva inclusiva de alunos com deficiência em salas de aulas regulares, visto que a profissão docente requer muito mais do que o trabalho de transformação do conhecimento comum em um conhecimento acadêmico, o professor necessita buscar um aprimoramento das suas práticas, pois o novo cenário da educação, requer do profissional mais dinamicidade, participação de forma inovadora.

O tipo de formação inicial que os professores costumam receber não oferece preparo suficiente para aplicar uma nova metodologia, nem para aplicar métodos desenvolvidos teoricamente na prática de sala de aula. Além disso, não se tem a menor informação sobre como desenvolver, implantar e avaliar processos de mudança. E essa formação inicial é muito importante já que é o início da profissionalização, um período em que as virtudes, os vícios, as rotinas etc. são assumidos como processos usuais da profissão. (IMBERNÓN, 2006 p. 41)

As instituições de ensino superior necessitam repensar a estrutura curricular dos cursos de licenciatura, visando preparar melhor o futuro docente para a realidade da educação inclusiva, pois as disciplinas que são oferecidas na perspectiva da educação especial são insuficientes. Além disso, durante o período que se passa na academia dificilmente são oferecidos eventos e/ou atividades extracurriculares que tenham como finalidade aprofundar o conhecimento do discente no que diz respeito a Educação Especial. Sobre este aspecto Imbernón (2006, p. 61) relata:

Isso significa que as instituições ou cursos de preparação para a formação inicial deveriam ter um papel decisivo na promoção não apenas do conhecimento profissional, mas de todos os aspectos da profissão docente, comprometendo-se como o contexto e a cultura em que esta se desenvolve. Devem ser instituições “vivas”, promotoras da mudança e da inovação.

Logo, a formação inicial precisa instigar o aluno a buscar conhecimentos além dos conteúdos trabalhados em sala de aula, precisa aguçar a curiosidade do aluno para que possa criar meios e estratégias de aprendizado que os ajudem na prática profissional no trabalho com a Educação Especial. Por isso, a academia precisa ir além das disciplinas ofertadas para a construção do conhecimento da Educação Especial, pois somente as disciplinas ofertadas nos cursos de licenciatura não são capazes de instigar os alunos a irem além, ou seja, buscar o conhecimento significativo para a prática docente.

Ainda sobre formação de professores, Andrade (2014, p. 48-49), diz que:

[...] investir na formação docente pode facilitar a implementação da proposta de educação inclusiva nas instituições, com base nas dificuldades e diferenças do aluno em sala de aula, uma vez que a inclusão envolve uma aprendizagem que busca conhecer cada aluno em sua especificidade.

Nessa perspectiva, se deve investir na formação inicial no sentido pedagógico e curricular, com o propósito de melhor preparar o profissional para o trabalho com a Educação Especial, promovendo a reflexão da teoria da Educação Inclusiva com a prática vivenciada em sala de aula, além de repensar o currículo das Instituições de Ensino Superior como forma de oferecer uma melhor formação para os futuros docentes, para que dessa forma possam superar as dificuldades no trabalho com alunos com deficiência.

Tema 02: Metodologias usadas para desenvolver o ensino-aprendizado dos alunos com deficiência no ambiente escolar

No desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, alguns pontos são cruciais para que se obtenha êxito, como o método de ensino utilizado pelo professor e a forma como expõe os conteúdos para os alunos. Dessa maneira, o professor precisa conquistar os alunos e conhecê-los, para adequar os seus métodos para buscar um ensino mais eficaz. O método utilizado pelo professor para o trabalho com alunos com deficiência deve ter o propósito inicial de conhecer o aluno, saber suas possibilidades e limitações, para assim desenvolver um trabalho na alfabetização do aluno com vistas a aquisição do conhecimento escolar.

Por isso, nesta segunda temática, se quis saber quais as metodologias que o professor trabalha em sua sala de aula, e se estas são eficazes no ensino-aprendizado dos alunos com deficiências. Procurou-se investigar se o docente trabalha em sala de aula com as novas tecnologias da informação e comunicação como ferramenta para melhorar o ensino-aprendizagem dos educandos, e de que maneira acontecem as aulas. Bem como, se o profissional procura adequar as atividades de ensino ao aluno com deficiência e explora as habilidades dos alunos para inclui-los nas atividades propostas em sala. A esse respeito, os docentes enfatizaram, que:

Procuo trabalhar com metodologias que visem à realidade e a criticidade do alunado, mesmo sendo de educação infantil, [...] procuro adequar o planejamento e a ação do mesmo a realidade do alunado. [...] as aulas ocorrem de forma dinamizada e criativa para o melhor aprendizado e compreensão dos alunos. [...] procuramos ensina-los de forma clara e objetiva. (P1).

Em muitas aulas gosto muito de trabalhar com a oralidade e o lúdico. [...], porém não consigo trabalhar diariamente tais estratégias. O uso das novas tecnologias é uma “grande arma” nas mãos do professor, entretanto, a disponibilidade de tais tecnologias na escola onde leciono, não é tão satisfatória. (P2).

Eu trabalho muito com o lúdico e materiais concretos. Procuo inserir a arte da dança, música e teatro nas minhas atividades. Utilizo Datashow, lousa digital, tablete e microfone. Procuo sempre explorar as habilidades deles, mas sempre dentro do limite de cada um. (P3).

Metodologias inovadoras voltadas para conhecer melhor os alunos, interação e comunicação intensa com eles, além de observação dos seus progressos e regressos, enfim uma metodologia pautada na diversidade e no diálogo entre professor e aluno, e aluno-aluno. Minhas aulas acontecem pautadas nos princípios do diálogo, onde exponho o conteúdo de forma dinâmica, apresentado por slides, vídeos, depoimentos, textos, debates, onde após ou durante o conteúdo exposto, o aluno tem a oportunidade de dar o seu posicionamento diante da temática apresentada. (P4).

Aulas desenvolvidas de maneira prática e teórica, trabalho em equipe, apresentação de seminários, debates e etc. algumas das metodologias são eficazes como o desenvolvimento de trabalho em

equipe, no qual influencia no processo de socialização onde o aluno com necessidade sente-se incluído e conseguiu desenvolver algumas habilidades. Busco trazer para as aulas depoimentos, jogos e aplicativos, que envolvem o aluno e desperta no mesmo a necessidade de assimilar o conteúdo visto em sala com o seu cotidiano, [...] adequar as atividades trabalhada em sala de acordo com a necessidade do aluno, mas nem sempre isso é possível já que não possui formação adequada (P5).

Para o trabalho pedagógico do professor em uma sala de aula com a diversidade de alunos dito “normais” e com deficiência, o professor necessita trabalhar de forma aberta, fazendo com que os alunos busquem o conhecimento a partir da sua autonomia, sem esquecer que o professor é o mediador de tal conhecimento. Para tanto, vale ressaltar as falas das professoras 1 e 2 que inicialmente procuram conhecer as realidade dos alunos, seus medos, sua capacidade, como também suas limitações. Deste modo,

Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos lhes oferecer de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades. As escolas devem ser espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças aprendem a ser pessoas. Nelas os alunos são ensinados a valorizar as diferenças, pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio-afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar (BRASIL, 2004, 39-40).

Para tanto, o professor além de transmitir conteúdo, precisa refletir cotidianamente sobre como vem sendo trabalhado o conteúdo para os alunos. Assim, é necessário partir das potencialidades demonstradas pelos alunos, adotando metodologias estimuladoras, além de estabelecer um clima sócio-afetivo nas relações estabelecidas com os alunos em sala de aula.

Para a garantia da aprendizagem de todos os alunos, precisamos assegurar o acesso ao currículo escolar, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas que atendam aos percursos de aprendizagem de cada estudante. Tal situação é um desafio, pois demanda professores detentores de conhecimentos teórico-práticos, bem como planejamentos coletivos, estratégias e metodologias de ensino e de processos de avaliação que possibilitem ao educador acompanhar o desenvolvimento de cada aluno que está em sala de aula (JESUS; EFFGEN, 2012, p. 20).

Como se pode perceber o currículo escolar é um dos pontos cruciais na alfabetização dos alunos com deficiência, visto que será a partir dele que o professor planeja suas aulas de formas diversificadas, procurando organizar a sua prática de ensino para que todos os alunos consigam trabalhar e buscar adquirir o conhecimento de forma social, sem discriminar os colegas com deficiência.

Diante deste desafio, os professores devem se preparar teoricamente para melhor fundamentar a prática docente no processo de inclusão dos alunos, pois o modo de trabalhar do professor faz com que o aluno deficiente se sinta parte do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na sala de aula do ensino regular.

Tema 03: Relação professor-aluno com deficiência em sala do ensino regular

Neste item, a entrevista procurou abordar como se dá a relação entre professores e os alunos com deficiências em sala de aula. Buscou saber na opinião dos professores como o tipo de relação entre o professor e o aluno pode interferir de forma positiva ou negativa no aprendizado do discente, bem como este vê o aluno com deficiência na sala de aula do ensino regular.

A este respeito os docentes relataram que:

A relação entre professor e aluno com deficiência deve ser harmoniosa, afetiva, e com limites, pois o educador tem que dar carinho, estabelecer um elo de confiança, amizade e companheirismo, mas também dar limites a esses alunos, [...], pois se o professor possui uma boa relação com seu aluno, seja com deficiência ou não, isso servirá de suporte para uma melhor aprendizagem, e essa poderá ser de forma significativa, mas se ocorrer de forma contrária, a aprendizagem não ocorrerá de forma satisfatória [...]. De forma crítica, percebo uma inclusão relacionada claramente a uma exclusão, pois em muitos casos os professores não são preparados para trabalhar com alunos com deficiência, e esses são excluídos de muitas atividades. (P1).

Os alunos especiais que tenho são muito “especiais” eles interagem bem, obedecem às regras e confiam no meu trabalho e na minha forma de agir com eles. A relação entre professor e educando é extremamente importante, pois a criança especial possui uma maior necessidade de sentir um cuidado um olhar diferenciado. Ele não se sente obrigado a fazer o que não quer por isso ele deve ser conquistado. A presença do aluno com deficiência na sala de aula regular promove sentimento de solidariedade, respeito, fraternidade entre todos, [...], porém acredito que estes alunos deveriam ter momentos em locais diferenciados para atender a sua especificidade, não me refiro ao AEE, duas vezes por semana mais algo cotidiano. (P2).

O aluno com necessidades educacionais especiais deve ser tratado igual aos outros alunos tidos como “normais”, para que haja união, respeito e ética entre todos. [...] tudo vai depender do método trabalhado pelo professor e da forma que o professor trata o seu aluno. (P3).

Acho que para aqueles professores que não foram capacitados para tal, a relação é de insegurança e ansiedade, esperando que o trabalho que estão realizando de certo, além de uma relação sócio afetiva, pois o cuidado e o olhar diferenciado nos fazem apegar a necessidade. [...], se o professor fizer acepção de alunos privilegiando uns e outros não, alguns alunos podem se sentir desmotivados, e excluídos das atividades, implicando em prejuízos para o coletivo e para o individual do aprendizado do aluno, dependendo da relação se os alunos se sentem motivados pelo professor de forma coletiva, induz os alunos a sempre quererem aprender mais com o professor. (P4).

A relação entre o professor e o aluno acontece de maneira complexa dependendo da necessidade de cada aluno, que a mesma pode interferir de forma negativa e/ou positiva. Dependendo da visão que o professor tem do aluno com deficiência, ele pode comprometer a aprendizagem do mesmo. Nesse sentido, é necessário que os professores reflitam sobre a integração educacional e, assim, contribuam com o acolhimento da diversidade na sala de aula. É um processo muito complexo que

precisa da contribuição da família, da comunidade escolar e do governo para que a inclusão realmente aconteça. (P5)

O professor precisa conhecer o aluno para poder desenvolver uma forma de ensino que possa chamar a atenção do discente para a realidade da sala de aula, neste sentido o professor precisa ter uma relação de cumplicidade e respeito mútuo, visando sempre o ensino aprendizado dos alunos com deficiência.

Como relata a P1:

A relação entre professor e aluno com deficiência deve ser harmoniosa, afetiva, e com limites, pois o educador tem que dar carinho, estabelecer um elo de confiança, amizade e companheirismo, mas também dar limites a esses alunos, [...], pois se o professor possui uma boa relação com seu aluno, seja com deficiência ou não, isso servirá de suporte para uma melhor aprendizagem.

Conhecendo o aluno, o professor pode fazer com que o discente tenha confiança em si próprio e no trabalho do professor. Os alunos com deficiência precisam ser conquistados a cada dia, para que os mesmos se sintam parte do processo de ensino aprendizado da sala de aula regular que pertence, é muito importante que o professor saiba das dificuldades e potencialidades do aluno com deficiência, para que o trabalho seja satisfatório para ambas as partes.

Ações desse tipo ajudam no próprio processo de construção de uma identidade positiva por parte de todos alunos, aumentando sua auto-estima, melhorando as suas condições cognitivas, e por outro lado, ajudando o aluno não deficiente a aprender a se relacionar positivamente com as pessoas no contexto diversidade. (SILVIA; ARANHA, 2005, p. 391).

A relação do professor com o aluno em sala de aula vai além do fato de transmitir conhecimento, o professor com as suas atitudes para com o aluno com deficiência pode transformá-lo em um ser socialmente aberto a debates, a críticas e tudo mais, porém pode reprimir as ações do discente excluindo-o ainda mais da sociedade.

A P2 relata que:

A relação entre professor e educando é extremamente importante, pois a criança especial possui uma maior necessidade de sentir um cuidado um olhar diferenciado.

Esse olhar diferenciado relatado pela professora, diz respeito à prática de ensino, a forma como o professor irá desenvolver as atividades propostas em sala com esse aluno. Sabendo que o aluno necessita de cuidados educacionais especiais, cabe ao professor investigar quais as dificuldades sentidas pelo discente, para que assim o

professor trabalhe em prol do crescimento cognitivo do aluno, respeitando sempre a sua singularidade.

[...] acreditamos que, para facilitar a aprendizagem de todos os alunos, é importante que o professor atente para as diferenças existentes entre os alunos como um recurso capaz de enriquecer as atividades educativas. Por outro lado, as dificuldades vivenciadas pelo aluno podem, também, contribuir para o avanço da prática docente, uma vez que aprender consiste em dar um sentido próprio às experiências. (CAPELLINI; RODRIGUES, 2009 p. 357).

O interessante é que os professores que tem em sua sala de aula alunos com deficiência sempre busque conhecer o seu aluno, pois assim poderá desenvolver métodos de ensino capaz de ajudá-lo no trabalho de alfabetização desses alunos, além de ser um desafio e uma nova experiência para o crescimento profissional do professor. As experiências da vida é que nos fazem crer que podemos ser melhor a cada dia.

A inclusão do aluno com deficiência na sala de aula regular requer do docente uma atitude investigativa, para que o professor possa enxergar no seu aluno a capacidade, a dedicação e o esforço na busca do conhecimento. Assim sendo Capellini e Rodrigues (2009, p. 357) diz que:

Às vezes o desejo de ajudar do professor é grande, mas pelo desconhecimento que tem em relação às potencialidades da criança, submete-a a programas educativos reduzidos, caracterizados pela falta de desafios e de estímulos.

Por isso, torna-se importante que o professor seja um investigador, visando sempre um melhor desenvolvimento do seu trabalho para com o aluno com deficiência. É interessante que o professor conheça as potencialidades dos alunos para poder explorá-las, com o propósito de desenvolver o processo cognitivo do alunado, e isso só será possível a partir do conhecimento que o professor tem de seus alunos.

Tema 04: Inclusão x exclusão dos alunos com deficiência na sala de aula do ensino regular

A lei nº 13.146, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Desta forma, este item buscou esclarecer se a inclusão dos alunos com deficiência, embora assegurada por lei, está sendo efetivada, de que forma os alunos estão sendo incluídos nas escolas.

Por isso, pesquisou se sobre a concepção dos docentes acerca do termo inclusão e exclusão escolar; sobre como os alunos com deficiências estão sendo incluídos ou excluídos nas escolas brasileiras, bem como sobre os elementos que podem ser identificados como causas da inclusão ou exclusão dos alunos com deficiência no sistema regular de ensino.

Sobre estes aspectos, os docentes relataram que:

Inclusão significa incluir o aluno com qualquer deficiência na escola no ensino regular, seja física ou mental. Já a exclusão diz respeito ao aluno inserido na sala de aula regular, mas mesmo assim é excluído de muitas atividades pelo fato de o educador não saber trabalhar com sua deficiência. A meu ver os alunos estão sendo inseridos para cumprir a lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, mas na realidade ocorre uma exclusão, isso devido [...] a falta de recursos necessários e de professores qualificados para trabalhar com a educação especial. (P1).

Inclusão significa “fazer parte”, estar inserido. Enquanto a exclusão camuflada na inclusão, segrega o diferente. O processo de inclusão nas escolas, não está sendo eficaz, nossas crianças as frequentam, mas não são assistidas como deveriam. Os métodos de avaliação são as mais destruidoras das práticas inclusivas, somos motivados a trabalhar a inclusão, mas ao final dos bimestres nos é exigido uma avaliação totalmente inconivente (diferente) com o trabalho inclusivo. (P2).

Inclusão escolar significa acolher todas as pessoas, sem exceção, independentemente de cor, raça, deficiência (seja ela física e/ou psicológica). Exclusão escolar significa dificuldades ou problemas sociais que levam ao isolamento e até discriminação de um determinado grupo ou indivíduo. Na escola onde trabalho há uma inclusão, pois, cada ano que se passa, a escola acolhe inúmeros alunos com deficiência. (P3).

Inclusão é o ato de incluir, de conviver com as diferenças, de acolher os alunos sem exceção e de entender as suas peculiaridades, e exclusão, é o ato de excluir, de negar as possibilidades aos alunos, de não respeitar o seu tempo e as suas restrições. [...], atualmente crescemos bastante com a inclusão nas escolas, porém algumas ainda se prendem e se negam a inclusão, vista de um sistema tradicional e irredutível, porém muitas estão se adaptando a essa nova educação. Entendo que quando uma escola quer incluir, ela trabalha em prol do desenvolvimento pessoal e social do seu aluno, buscando com que ele não só aprenda o conteúdo escolar, como possa agir e se posicionar diante das situações expostas na sala de aula, no entorno da escola e na sociedade, já a exclusão é quando a escola não procura uma maneira de incluir os alunos nas atividades e acabam excluindo por acharem que eles não são capazes. (P4).

Inclusão é possibilitar o acesso à educação de qualidade para todos. Exclusão é o afastamento ou o bloqueio do aluno de participar das atividades trabalhadas na instituição como todo. [...] em algumas instituições brasileira essa inclusão ocorre de maneira errônea, pois falta formação adequada para toda a comunidade escolar. Na escola em que trabalho existem algumas ações desenvolvidas no decorrer do ano letivo que auxiliam no processo de ensino aprendizado destes alunos. (P5)

A lei da inclusão já existe, porém precisamos de evidências que nos digam que a inclusão está sendo feita de forma eficaz, que a lei está sendo cumprido na sua

totalidade, que os alunos estão indo para as escolas e estão sendo assistidos por profissionais capacitados e também estão servidos de materiais pedagógicos que os ajudem no processo de ensino e aprendizado.

Podemos inicialmente destacar as falas de P1 e P3, as duas professoras trabalham na mesma escola, porém divergem de opinião quanto a inclusão dos alunos com deficiência na escola, a fala das Professoras nos traz o seguinte relato:

Os alunos estão sendo inseridos para cumprir a lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, mas na realidade ocorre uma exclusão, isso devido [...] a falta de recursos necessários e de professores qualificados para trabalhar com a educação especial. (Professora 1)

Na escola onde trabalho há uma inclusão, pois, cada ano que se passa, a escola acolhe inúmeros alunos com deficiência. (Professora 3).

A partir do ponto de vista das professoras podemos perceber que a escola em que trabalham está inserindo os alunos no ambiente escolar, que a professora 1 diz que a escola está recebendo os alunos para se fazer cumprir a lei da inclusão, porém como que a lei está sendo cumprida se a mesma diz que falta recursos e professores capacitados.

Em um segundo momento a professora diz que a escola que ela trabalha inclui alunos, pois a mesma a cada ano recebe mais e mais alunos com deficiência. Para tanto, Meirieu (2005, p. 44, apud JESUS; EFFGEN, 2012, p. 19) nos ajuda nessa direção quando afirma:

Abriu a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva.

Receber mais alunos a cada ano, “não é incluir”, receber mais alunos, “não é cumprir a lei de nº 13.146”, a escola é uma instituição que deve estar aberta a receber alunos, porém deve assegurar a permanência dos mesmos, buscando profissionais capacitados e materiais que os ajudem no processo de ensino e aprendizado.

A Lei foi instituída com o propósito de assegurar a permanência do aluno com deficiência nas salas de aulas regulares, porém cabe a escola adequar-se para que o trabalho com esse alunado seja satisfatório. Segundo Meirieu (2000, apud JESUS; EFFGEN, 2012, p. 20): A escola tem por finalidade instituir os cenários políticos e pedagógicos para permitir o acesso ao conhecimento, empreendendo “[...] esforços permanentes de universalização da cultura”.

A escola precisa criar espaços, buscar melhorias para adequar-se aos alunos com deficiência, a escola precisa tomar como base esses alunos tidos no meio social como “anormais”, pois a universalização da cultura da inclusão deve começar pelo meio escolar, para que assim os outros alunos possam vivenciar e se socializarem com as dificuldades dos colegas de sala.

Nesse sentido, faz-se necessário buscar a escola concreta, onde habitam alunos (as), professores (as), profissionais em ações pedagógicas; a escola, onde, na atualidade, se coloca o princípio ético da inclusão escolar. Para tal, fazem-se necessárias reflexões sobre a educabilidade, processos de inclusão-exclusão, políticas educacionais, condições de aprendizagem, dentre tantas outras. (JESUS; EFFGEN, 2012, p. 20)

As escolas precisam trabalhar diariamente para implantar a inclusão desses alunos dentro do ambiente escolar, visto que esse é um processo lento e precisa da atenção e colaboração de todos, os alunos com deficiência necessitam de um pouco mais de atenção não só dos professores mais de toda a comunidade escolar, para que o mesmo possa se sentir realmente incluído e fazer parte da escola. A permanência do aluno na escola necessita de pessoas capacitadas e comprometidas com o processo de inclusão, a comunidade escolar precisa trabalhar em prol do desenvolvimento pessoal e social do seu aluno quer ele seja deficiente ou não, o propósito da escola é formar pessoas para a sociedade e para a vida, sem segregar o direito de ninguém, sem distinção nenhuma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com deficiência nas salas de aulas regulares é um compromisso primordial da educação, a inserção dos alunos precisa ir além de recebê-los nas escolas, as escolas precisam se adequar e criar novas possibilidades para que esse aluno permaneça nas escolas e sintam-se parte dela.

A formação de professores é um dos pontos cruciais no que concerne à perspectiva da inclusão, pois o professor será o mediador do conhecimento para os alunos, e para isso a formação do professor deve ser contínua e de excelência, visto que a diversidade de alunos deficientes não são poucas.

Durante a realização deste estudo, foram registradas algumas inquietações a cerca da formação e prática de professores voltadas para alunos com deficiência. Foram analisadas também as metodologias trabalhadas pelos professores para desenvolver o ensino aprendido dos alunos nas salas de aulas, a relação professor aluno, como também o processo de inclusão e exclusão dos alunos deficientes em salas de aulas regulares.

No que diz respeito à formação dos professores, a partir das falas dos entrevistados pode-se perceber que os participantes deste trabalho não estão preparados para trabalharem com alunos deficientes em salas de aulas regulares, pois de acordo com seus relatos a formação inicial que receberam deixou lacunas no que diz respeito ao trabalho com alunos com deficiência, visto que a disciplina de Educação Especial foi vista de forma superficial, sem trabalhos na prática apenas a parte teórica, que difere muito da realidade em sala de aula.

Dessa maneira, o professor precisa estar preparado para assumir esta responsabilidade, e a formação inicial do professor tem de fornecer o conhecimento que o docente necessita para fazer um bom trabalho em sala de aula, oferecendo uma base teórica que o possibilite a partir de suas experiências, desenvolver um bom trabalho com alunos com deficiência. Além disso, a graduação precisa propiciar acesso ao conhecimento necessário para o trabalho com alunos com deficiência, precisamos de políticas públicas efetivas para oferecer formações continuadas aos

professores para o trabalho na perspectiva da educação inclusiva, visando o bem está no que concerne ao ensino aprendido dos alunos com deficiência.

A perspectiva da educação inclusiva deve ser um trabalho coletivo e cotidiano, pois toda a escola necessita está apta a receber os alunos com deficiência, e a escola é quem deve se adequar a essa nova realidade de se fazer educação. O professor tem que adequar as suas aulas para que de forma efetiva consigam desenvolver nos alunos com deficiência o prazer pelo estudo, além de criar possibilidades para o desenvolvimento cognitivo do aluno e também para a permanência do alunado dentro do ambiente escolar.

Desse modo, faz-se necessário refletir sobre algumas recomendações, visando uma melhor formação para o professor desenvolver a sua prática profissional, como também desenvolver a sua atuação junto aos alunos com deficiência.

- As políticas públicas precisam melhorar os investimentos em relação à oferta dos cursos de formação inicial e continuada; Os cursos de formação inicial e continuada devem incluir nos currículos metodologias de ensino que possam ajudar aos professores a desenvolver trabalhos com as deficiências; Oferecer cursos a toda à comunidade escolar, para ajudar no desenvolvimento do trabalho do professor e Melhorar a infraestrutura da escola, além de fornecer material didático-pedagógico que possam ser usados por alunos e professores;
- Aos professores cabem, fazer uma auto avaliação sobre as atividades desenvolvidas e as experiências vivenciadas no âmbito da Educação na perspectiva da inclusão; Buscar informações e conhecimentos que possam ajudá-los no trabalho com os alunos, quando não oferecidos pelos poderes públicos e Não se acomodar quando de imediato não conseguir alcançar as metas traçadas, no que diz respeito ao ensino aprendido do aluno.

Diante do exposto, tais recomendações são necessárias, partindo dos relatos dos professores entrevistados, visando uma melhor atuação dos professores em suas salas de aula regulares com perspectiva de educação inclusiva, buscando sempre

novos caminhos que possam dirimir as dificuldades e aperfeiçoar a prática pedagógica do professor.

Mesmos diante de tantos desafios os professores procuram trabalhar partindo da realidade da sala de aula, buscando metodologias e construindo estratégias de ensino que possam desenvolver o cognitivo do seu aluno. Vale salientar que cada aluno tem deficiência e necessidades distintas, e por isso cabe ao professor possibilitar o acesso do aluno ao conhecimento, desenvolvendo metodologias que os incentivem a querer sempre ir mais além, sempre respeitando as singularidades e os limites de cada aluno.

Assim sendo, as Universidades precisam repensar os seus currículos para que a formação inicial possa dar um pouco mais de suporte ao professor no que tange a perspectiva da Educação Inclusiva, aspirando uma melhor formação para o profissional que futuramente terá em sua realidade uma sala de aula regular que tem em seu meio um aluno com deficiência. Desse modo, o professor poderá auxiliar melhor o alunado no processo de ensino-aprendizagem, além de se fazer cumprir o que está disposto na legislação educacional em vigor, bem como professores do ensino regular capacitados para a inclusão desses educandos nas classes de ensino comuns.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jocelma Gadelha de. **Saberes, práticas e experiências de processos na educação inclusiva**, Cajazeiras, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Editorial, v. 03, p. 7-9, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 30 de jan. de 2017.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em 30 de jan. de 2017.

_____. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca.pdf> acesso em 30 de jan. de 2017.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBN 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> acesso em 30 de jan. de 2017.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais para a formação de professores**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. 1999. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002179.pdf>> acesso em 30 de jan. de 2017.

_____. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores). 2. ed. rev. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. 61 p. Disponível em: <http://www.mpsc.mp.br/portal/conteudo/cao/cij/cartilha_acesso_deficientes_web.pdf> Acesso em: 22 mar 2017.

_____. Ministério da Educação. **Programa Escola Acessível, Manual do programa escola acessível**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília. 2011. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manual_programa_esc_ola_acessivel.pdf> acesso em 30 de jan. de 2017.

_____. **Lei Brasileira da de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 30 de jan. de 2017.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Formação continuada em educação especial: O atendimento educacional especializado. **POIÉSIS**, Tubarão, v. 4, n. 7, p. 187-199, jan. /jun. 2011.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 355-364, set./dez. 2009.

FARIAS, Iara Maria de; MARANHÃO, Renata Veloso de Albuquerque; CUNHA, Ana Cristina Barros da. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada (Mediated Learning Experience Theory). **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 14, n. 3, Marília, sept/dec. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Entrevista**. In: Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas 2008.

HOLLANDA, Jacqueline Monte de. *et. al.* Um estudo sobre a educação inclusiva em escola pública. **Revista Científica da UFPA**. vol. 3, março de 2002.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

JESUS, Denise Meyrelles de; EFFGEN Ariadna Pereira Siqueira. Formação docente e práticas pedagógicas: conexões, possibilidades e tensões. In: MIRANDA, T. G; GALVÃO FILHO (org.). **O professor e a educação inclusiva: Formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

GALVÃO FILHO, T. A. (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 17-24.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul. /set. 2011. Editora UFRP.

MARQUEZINE, Maria Cristina; LEONESSA, Viviane Tramontina; BUSTO, Rosângela Marques. Professor de educação especial e as dificuldades do início da prática profissional. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 699-712, set. /dez. 2013.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educ. Rev.* nº33, Curitiba, 2009.

REVISTA NOVA ESCOLA: **Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula**. Disponível em: <revistaescola.abril.com.br/politicas-

publicas/palavra-especialista-educacao-inclusiva-desafios-formacao-atuacao-sala-aula-762299,shtml>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

SILVA, Simone Cerqueira da; ARANHA, Maria Salete Fábio. Interação entre professora e aluno em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 11, n. 3, Marília, set/dez. 2005, p. 373-394.

SILVA, José Amiraldo Alves da. **Formação, produção de saberes e da identidade docente**: desafios e possibilidades de redimensionamento das práticas pedagógicas. João Pessoa, 2013. 367 p. Tese (Doutorado). PPGE-UFPB.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR

Nome: _____

Escola: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Carga Horária: _____

Formação Acadêmica: _____

Pós- graduação: () Sim () Não – Qual (is): _____

Tempo de atuação no magistério: _____

Tempo de atuação na escola: _____

Disciplina que leciona _____

Tipo de vínculo empregatício: Efetivo () Prestador de serviço ()

2. TEMÁTICA DA ENTREVISTA

Tema 01: Formação e prática de professores da Educação Especial

- Qual a sua concepção a respeito de formação profissional e de prática pedagógica?
- Como você entende o processo de ensino na Educação Inclusiva?
- Como a formação docente pode influenciar no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência?
- Você como professor licenciado sente se preparado para trabalhar com alunos com deficiências? Por quê?

Tema 02: Metodologias usadas para desenvolver o ensino-aprendizado dos alunos com deficiência no ambiente escolar

- Quais a metodologias que você trabalha em sua sala de aula? São eficazes no ensino aprendizado dos alunos com deficiências?

- Você trabalha em sua sala de aula com as novas tecnologias da informação e comunicação, com ferramenta para melhorar o ensino-aprendizagem dos educandos? De que maneira acontecem as aulas?
- Você procura adequar as atividades ao aluno com deficiência e explora as habilidades dos alunos para inclui-los nas atividades propostas em sala?

Tema 03: Relação professor-aluno com deficiência em sala do ensino regular

- Como se dá a relação entre professores e os alunos com deficiências em sala de aula?
- Em sua opinião o tipo de relação entre o professor e o aluno pode interferir de forma positiva ou negativa no aprendizado do discente? Justifique.
- Como você vê o aluno com deficiência na sala de aula do ensino regular?

Tema 04: Inclusão x exclusão dos alunos com deficiência na sala de aula do ensino regular

- Em sua concepção o que significa o termo inclusão e exclusão escolar?
- Os alunos com deficiências estão sendo incluídos ou excluídos das escolas brasileiras? Na sua escola como esta ocorrendo esse processo?
- Que elementos você identifica com causas da inclusão ou exclusão dos alunos com deficiência no sistema regular de ensino?